

COERÇÃO E DETELICIZAÇÃO: A PSICOLINGÜÍSTICA E OS FENÔMENOS TEMPO-ASPECTUAIS

Renato Miguel Basso¹

rmbasso@gmail.com

RESUMO: O presente texto apresenta um teste de aceitabilidade e um teste de tempo de leitura para sentenças como (1) ‘João leu o livro por uma semana’, tomadas com a seguinte interpretação: João não está mais lendo o livro e não leu o livro até o fim; essa é a interpretação de detelicização. Segundo de Swart (1998, 2000) e outros, sentenças como essas deveriam ser mal-formadas e interpretadas apenas mediante coerção, entendida como reinterpretação contextual para resolver conflitos entre argumentos e funções semânticas. No presente caso, adjunto do tipo ‘por X tempo’ apenas se combinariam com eventos atélicos, i.e., que não têm ponto final. Ao se combinarem com evento télicos, que têm ponto final, geram um conflito de tipos que deve ser resolvido mediante a alegada coerção. Nossos experimentos, no entanto, não detectam nenhuma contraparte empírica dessa coerção, como maior tempo de processamento de (1) frente a ‘João leu o livro em uma semana’, em que apenas se muda a preposição e que combina-se normalmente com evento télicos. Além da falta de evidência empírica, contra teorias como a de de Swart, apresentamos também uma alternativa semântico/pragmática para sentenças como (1) que não lança mão de coerção e que não esbarra em outras dificuldades que as teorias que precisam de coerção esbarram.

PALAVRAS-CHAVE: Detelicização; Coerção; Psicolingüística; Semântica Formal.

INTRODUÇÃO

Neste texto, apresentamos uma avaliação de aceitabilidade e um experimento psicolingüístico de tempo de leitura de sentenças como (1) abaixo, com o objetivo de avaliar a contraparte empírica da idéia de coerção como reinterpretação contextual.

O fenômeno lingüístico que avaliamos é conhecido como “detelicização”, e pode ser exemplificado pela sentença abaixo:

¹ Doutorando na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, processo 06/59088-0. Agradeço pela leitura e comentários de Rodolfo Ilari, Edson Françaço e Roberta Pires de Oliveira.

(1) João leu o livro por uma semana.

Há uma interpretação dessa sentença segundo a qual João não leu o livro todo, i.e., não leu o livro em questão até o fim – essa é justamente a interpretação de detelicização.

Predicados como ‘ler o livro’ veiculam eventos télicos (que têm um ponto final ou *telos*). Segundo a literatura corrente em lingüística, exemplifica pelos autores trabalhados na seção 2, eventos télicos veiculados na perspectiva aspectual perfectiva, como ‘leu o livro’, acarretam o alcance do *telos* do evento em questão. Essa mesma literatura assume também que adjuntos temporais do tipo ‘por X tempo’ (‘X tempo’ está por uma medida de tempo qualquer) combinam-se apenas com eventos atélicos (que não têm ponto final). Tal caracterização de eventos télicos perfectivos e do adjunto ‘por X tempo’ deveria resultar na agramaticalidade de sentenças como (1) – mas esse não parece ser o caso.

Assim sendo, uma maneira possível de dar conta de sentenças como (1) é justamente através da postulação de algum tipo de “coerção”, ou seja, uma reinterpretação contextual, realizado pelo ouvinte, que torna o evento télico ‘ler o livro’ em um evento atélico. Aceitar tal saída, a nosso ver, traz consigo pelo menos duas exigências, uma epistemológica e outra empírica:

→ Exigência epistemológica (EEP): não há outra saída semântica em termos da caracterização ou da telicidade, ou da perfectividade ou da semântica do adjunto ‘por X tempo’;

→ Exigência empírica (EEM): é possível detectar empiricamente a coerção a que se lança mão aqui, através de um teste de tempo de leitura, por exemplo.

Sem uma resposta adequada a essas exigências, o apelo à coerção como reinterpretação contextual não passa de uma manobra *ad hoc*.

Ao longo deste trabalho, mostramos, através de um teste psicolingüístico, que não há diferença estatisticamente relevante entre os tempos de leitura de sentenças como (1) e (2), argumentando que a exigência empírica (EEM) não foi cumprida:

(2) João leu o livro em uma semana.

Usar (2) como par para (1) é uma alternativa perfeita, pois não há mudança no número de sílabas, na frequência de uso e na classe gramatical ao passarmos de ‘por’ para ‘em’. Além disso, ‘em X tempo’, segundo a mesma literatura a ser vista na seção 2, se combina com predicados télicos; logo, em (2) não há coerção. Esperaríamos, portanto, uma diferença de tempo de processamento entre (1) e (2).

Em um segundo momento, apresentamos uma alternativa à semântica atribuída aos elementos em jogo na sentença (1), mostrando que também a primeira das exigências, a EEP, acima não é cumprida. Como resultado, argumentaremos que a coerção, pelo menos para o caso da detelicização, não passa de uma manobra *ad hoc*.

O presente texto está organizado da seguinte maneira: na seção 1 abaixo, apresentaremos com maior detalhe a teoria de de Swart (1998), pois essa teoria é uma das melhores representações daquelas que apelam para a coerção quando se trata de detelicização. Na seção 2, apresentaremos os experimentos que realizamos e a análise de seus resultados. Por fim, na seção 3, oferecemos uma saída semântico-pragmática para a detelicização que não apela para a coerção.

1. A COERÇÃO NO DOMÍNIO TEMPO-ASPECTUAL

1.1. UM RÁPIDO OLHAR PARA OS ASPECTUALISTAS E ACIONALISTAS

Ao tratar dos fenômenos tempo-aspectuais, é necessário separar analiticamente pelo menos três domínios: o da referência temporal, o do aspecto e o da acionalidade, conforme advogam Bertinetto (1986, 1991, 2001), Basso (2007), Rothstein (2004), entre outros.

Contudo, muitos autores não procedem a tal separação, englobando sob uma mesma noção, geralmente nomeada “aspectualidade”, o que chamamos de aspecto e acionalidade, reconhecendo então apenas a divisão entre referência temporal e aspectualidade.

Essa controvérsia é resultado de várias assunções tanto de um lado do debate quanto do outro, e adentrar aqui em suas minúcias seria fugir ao tema deste artigo². Não obstante, é importante notar tal fato, pois nossa hipótese é de que vários desentendimentos no estudo dos fenômenos tempo-aspectuais, entre eles o apelo à coerção que veremos aqui, resulta da falta de ferramentas conceituais mais adequadas (cf. Bertinetto (2001), Basso (2007), Pires de Oliveira e Basso (inédito)).

À primeira das alternativas acima, a que adotamos, daremos o rótulo de “acionalista”, e à segunda, na qual se inscreve o modelo de de Swart (1998, 2000), o de “aspectualista”.

Num primeiro momento, quem analisa fenômenos tempo-aspectuais depara-se com uma clara “divisão de tarefas” informacionais dadas por uma sentença eventiva (que veicula ou reporta um evento), que é aquela estabelecida entre a dêixis por trás da referência temporal e entre “descrições” ou “qualificações” do evento estabelecidas pelo aspecto e pela acionalidade. O caráter dêitico da referência temporal deriva do fato de que, para sabermos se um evento é passado, presente, ou futuro, é necessário levarmos em conta o momento em que se fala de tal evento ou em que tal evento é avaliado. Nada mais falaremos sobre referência temporal aqui, pois todas as sentenças que avaliaremos referem-se a eventos localizados antes do momento de fala, i.e., passado.

O aspecto, por sua vez, segundo os acionalistas, responde por uma escolha do falante em relação a como reportar um evento³, sendo um dos extremos dessa escolha a representação do evento como não mais sendo o caso/não mais em curso – o aspecto perfectivo, do qual o melhor exemplo no português é o pretérito perfeito; e o outro extremo a representação do evento como ainda sendo o caso/ainda em curso – trata-se do aspecto imperfectivo, do qual o melhor exemplo é o progressivo (em português, ‘estar + Vndo’)⁴. Por fim, a acionalidade responde pela natureza do evento em questão, e aqui encontramos a distinção entre eventos que têm um ponto final (em relação ao qual não podem mais continuar) e os eventos que, a princípio, podem continuar indefinidamente, pois não apresentam um ponto final; os primeiros são os eventos télicos e os segundos, os atélicos. Para boa parte dos autores, ao se falar em

² Para o leitor interessado, cf. Bertinetto, 2001 e Basso, 2007, cap. 1.

³ É justamente devido ao aspecto ser uma escolha do falante que muitos autores o chamam de “subjetivo”. Outra característica importante a notar, motivo de inúmeras discussões, é o fato de que ao mudar a perspectiva aspectual, estamos falando do mesmo evento, ou seja, mudança aspectual não implica mudança de identidade de eventos. O mesmo não é o caso para a acionalidade.

⁴ Há ainda o aspecto habitual, o aoristo e outros, mas nada falaremos sobre eles.

acionalidade o que está em jogo são as “classes vendlerianas”; não entraremos aqui nesse nível de detalhe: para efeitos da análise da coerção, basta considerarmos eventos télicos e eventos atélicos.

Para fins de tornar mais clara essas distinções, apresentamos as sentenças abaixo, classificando os eventos que elas reportam:

(3) João pintou o quadro ontem.

Referência temporal: passado / Aspecto: perfectivo / Acionalidade: télico

(4) João pintava/estava pintando o quadro ontem.

Referência temporal: passado / Aspecto: imperfectivo / Acionalidade: télico

(5) João correu ontem.

Referência temporal: passado / Aspecto: perfectivo / Acionalidade: atélico

(6) João corria/estava correndo ontem.

Referência temporal: passado / Aspecto: imperfectivo / Acionalidade: atélico⁵

Apenas a existência das sentenças de (3) a (6), nas quais se altera no aspecto sem alterar a acionalidade e *vice-versa*, já implica uma reinterpretação dos dados pelo aspectualista, que em geral as agrupa do seguinte modo:

(3) terminativa

(4), (5), (6) não-terminativa

A intuição por trás desse agrupamento é a de que apenas a sentença (3) apresenta um evento télico. Certamente, isso se dá porque o entendimento do que seja um evento télico para o aspectualista é diferente daquele do acionalista. Para o primeiro, télico é todo evento que **alcançou o seu telos**, enquanto que para o segundo, télico é todo evento que **têm um telos**, que pode ou não ter sido alcançado. Se nossa hipótese estiver correta, é exatamente esse entendimento do que seja *telos* por parte do aspectualista que

⁵ Há inúmeros testes, baseadas nas suas diferentes possibilidades inferenciais, para distinguir um evento télico de um atélico. Talvez o mais importante deles seja o fato de que da verdade da sentença imperfectiva que reporta um evento atélico, podemos inferir a verdade da sentença perfectiva reportando o mesmo evento, ao passo que isso não é o caso para os eventos télicos. Ou seja, se ‘João estava correndo ontem’ é verdadeira, então João correu ontem; porém, se ‘João estava pintando o quadro ontem’ é verdadeira, não segue que ‘João pintou o quadro ontem’ (com a interpretação que o *telos* foi atingido, que o quadro está pronto).

leva a caminhos desencontrados, como, por exemplo, a postulação de coerção para dar conta de sentenças como (1). Voltaremos a essas questões na seção 3; por ora, vejamos o modelo de de Swart.

1.2. DETELICIZAÇÃO E COERÇÃO EM DE SWART

de Swart (1998, 2000) parte da seguinte ontologia de eventos, inspirada em Verkuyl (1993):

HOMOGÊNEO		QUANTIZADO
estativos	processos	eventos
ESTATIVO	DINÂMICO	

Na teoria de de Swart, a referência temporal e o aspecto são tratados como operadores que atuam sobre descrições de eventos (ou eventualidades), conforme o esquema abaixo:

[Tense[Aspect*[eventuality description]]]

O asterisco no operador aspectual indica que ele pode ser iterado, i.e., mais de um operador pode aplicar-se à mesma descrição de evento. A descrição da eventualidade, combinada com os operadores, dá origem fórmulas como as abaixo:

(7) Mary has met the president.

[PRES[PERF[Mary meet the president]]]

(8) Mary was reading a book.

[PAST[PROG[Mary read a book]]]

Além do progressivo e do perfectivo, a autora também trata como operadores aspectuais os adjuntos ‘por X tempo’ e ‘em X tempo’. Vejamos como funciona essa teoria.

O conjunto ε é o conjunto das eventualidades; seus sub-conjuntos são: P (processos, o mesmo que atélicos), E (eventos, o mesmo que télicos) e S (estativos, considerados apenas atélicos para fins do presente texto). de Swart trabalha com a subcategoria h (homogêneos), composta por estativos e processos ($h = S \cup P$), e com a

subcategoria d (dinâmicos), composta por processos e eventos ($d = P \cup E$), conforme a tabela acima.

Os operadores aspectuais nada mais seriam do que funções que têm o seu domínio e o seu contradomínio em ϵ . Como exemplo, de Swart caracteriza o operador PERF como: PERF: $\epsilon \rightarrow S$, ou seja, uma função que toma quaisquer eventualidades (processos, estativos e eventos) e as transforma em estativos. O progressivo seria uma função cujo domínio é d e cujo contradomínio é S: PROG: $P \cup E \rightarrow S$ ⁶. ‘por X tempo’ e ‘em X tempo’ seriam as seguintes funções:

POR X TEMPO: $S \cup P \rightarrow E$

EM X TEMPO: $E \rightarrow E$

Em outras palavras, o papel de ‘por X tempo’ seria transformar estativos ou processos em eventos, ou seja, esse adjunto tem o papel de tornar télicos eventos atélicos. Claramente, tal caracterização está em completo desacordo com nossa sentença (1), em primeiro lugar (i) porque em (1) temos um evento télico, ou simplesmente um evento E na terminologia de de Swart – o que vai contra a caracterização da função em questão, que tem como domínio eventos atélicos, em segundo lugar (ii) não faz sentido tornar télico um evento já télico, e em terceiro lugar (iii) a interpretação que nos interessa, a de detelicização, segundo a qual João leu o livro pelo período de uma semana, não está mais lendo e não leu até o fim, **não** é de evento télico conforme o entende os aspectualistas, segundo os quais só é télico se atingiu o *telos*, não basta ter um *telos*, e o resultada da função não estaria então no contradomínio previsto para ela. Seja como for, a idéia de que ‘por X tempo’ transforma eventos atélicos em télicos é encontrada também em outros autores, como Verkuyl (1993), Krifka (1998) e Rothstein (2004).

‘em X tempo’, por sua vez, nada mais faria do que aplicar-se a um evento e dar como resultado um evento, ou seja, toma um E e retorna um E (isso captura a intuição de que ‘em X tempo’ só pode ocorrer com eventos télicos).

⁶ Tratar os perfectivos e o progressivo, assim como os habituais, como se fossem estativos não é um consenso entre os pesquisadores. Em um trabalho de 1994, Bertinetto demonstra como esses valores aspectuais e acionais são distintos, tanto distribucional quando semanticamente, mesmo em uma perspectiva tipológica. Não faremos aqui esse tipo de crítica ao modelo de de Swart, apenas veremos como ele funciona.

Nessa altura, a autora apresenta a seguinte bateria de exemplos (1998, p. 359), para ilustrar situações em que as funções ou os operadores definidos acima não se aplicam e nem resultam no que seria esperado:

- (a) Suddenly, I knew the answer. (um estativo ('know') tem uma interpretação de evento)
- (b) I read a book for a few minutes. (um evento ('read the book') tem uma interpretação de processo ou de estativo)
- (c) John played the sonata for about eight hours. (um evento ('play the sonata') tem uma interpretação de processo ou de estativo)
- (d) For months, the train arrived late. (um evento ('the train arrive') tem uma interpretação de processo ou de estativo)
- (e) The program ran in four minutes. (um processo ('run') tem uma interpretação de evento)
- (f) Susan is liking this play. (um estativo ('like') tem uma interpretação de evento ou processo)

Para dar conta desses aparentes desvios, entra em jogo a idéia da “coerção”, rapidamente definida como: “coercion is syntactically and morphologically invisible: it is governed by implicit contextual reinterpretations mechanisms triggered by the need to resolve aspectual conflicts” (1998, p. 360).

Os operadores de coerção postulados para dar conta dos casos acima, acionados pela incompatibilidade dos argumentos das funções anteriormente definidas, são:

$C_{eh} = E \rightarrow S \cup P$ = operação de coerção que transforma um evento em estativo ou processo (sentenças (b, c, d));

$C_{he} = S \cup P \rightarrow E$ = operação de coerção que transforma um processo ou estativo em um evento (sentenças (a, e));

$C_{sd} = S \rightarrow E \cup P$ = transforma um estativo em um evento ou processo (sentença (f))

A representação das sentenças (b, e, f) seria:

(b) I read a book for a few minutes.

[PAST [FOR a few minutes [Ceh[I read a book]]]]

(e) The program ran in four minutes.

[PAST [IN four minutes [Che[the program run]]]]

(f) Susan is liking this play.

[PRES [PROG [Csd[Susan like this play]]]]

Dos exemplos em (a)-(f), aquele que nos interessa é apenas (b)⁷. Sobre essa sentença, de Swart (1998, p. 359) diz “the event of reading a book is coerced into an ongoing process”; tal interpretação, porém, não parece ser o que temos para o português, como sugerem a interpretação analisada de (1) e o contraste entre (9) e (10) abaixo.

A teoria de de Swart tem como seus méritos lançar mão de uma ontologia de eventos relativamente parcimoniosa. Contudo, tem também, a nosso ver, inúmeros problemas; enumeramos abaixo alguns deles:

i) a autora anuncia em seu trabalho a separação entre aspecto e acionalidade (“grammatical and lexical aspect”). Contudo, ao longo de sua argumentação essa distinção não é levada em conta e pouco ou nada contribui para a solução dos problemas apresentados por ela. Além disso, a própria adoção da ontologia de eventos de Verkuyl impossibilita qualquer uso mais interessante da distinção entre aspecto e acionalidade, justamente porque as categorias dessa ontologia confundem noções acionais e aspectuais (cf. Basso, 2007);

ii) não há consenso na literatura (Bertinetto, 1994; Basso e Ilari, 2004) sobre se os perfectivos, progressivos e habituais são realmente estativos; muitas evidências sugerem que não são;

iii) com relação mais especificamente à detelicização, de Swart pouco ou nada tem a dizer, pois seus exemplos e suas paráfrases em momento algum sugerem o que temos para o caso da sentença (1).

⁷ A sentença (c) é aparentemente um caso de detelicização, porém, o que temos aqui é uma interpretação de iteratividade, na qual fica-se repetindo o evento em questão, podendo ou não ter ocorrido o alcance o *telos* de cada uma das repetições.

Para o nosso problema específico, a conclusão que temos sobre o trabalho de de Swart é negativa, pois, apesar de tratar de estruturas semelhantes às que tratamos, a autora não encontra para essas estruturas as interpretações que temos para o caso do português brasileiro. De fato, dizer que (1) reporta um “ongoing process” não parece ser mesmo o caso. Vejamos os seguintes exemplos:

(9) Quando cheguei, João estava lendo o livro por uma semana.

(10) (?) Quando cheguei, João leu o livro por uma semana.

(9) apresenta um evento télico imperfectivamente, um legítimo “ongoing process”, e (10) um evento detelicizado. Ora, se os eventos detelicizados fossem de fato “ongoing process” deveríamos esperar que eles se comportassem como os outros eventos que a literatura em uníssono considera como “ongoing process”, e o contraste entre (9) e (10) mostra que esse não é o caso. Mais do que isso, com (10), mesmo com qualquer interpretação possível de ser atribuída a essa sentença, nenhuma delas parece ser a de um processo em andamento ou que não deixou de ser o caso.

O interesse no trabalho de de Swart está tanto no fato de que ele elabora e mobiliza a idéia de coerção quanto no fato de que ele representa a posição de autores como Verkuyl (1993), Krifka (1998), Rothstein (2004), entre outros. Especificamente sobre a idéia de coerção como reinterpretação contextual, para de Swart é tal reinterpretação que permite que “ajustemos” os argumentos de suas funções. Ora, a idéia de “reinterpretação” pressupõe uma primeira interpretação, que é justamente aquela que deve ser ajustada pois gera algum tipo de “conflito”, segundo as palavras de de Swart (1998, p. 360). Além disso, sem que esse ajuste demande algum tipo de contraparte processual, sua postulação teria como simples função “salvar” os operadores aspectuais quando estes se combinam com argumentos incompatíveis ou resultam em interpretações imprevistas – obviamente, qualquer postulação teórica feita apenas com o objetivo de salvar outra é *ad hoc* e deveria ser a todo custo evitada. Por isso fazemos uma leitura mais “caridosa” da teoria de de Swart, lendo na coerção um fenômeno psicolinguístico, que deve ser averiguado conforme nossa exigência empírica feita na Introdução deste texto.

Nessa linha de raciocínio, visto que E + ‘em X tempo’ não resulta em uma combinação problemática, deveríamos esperar que tal combinação, ao ser contrastada

com E + ‘por X tempo’, seja processada mais rapidamente – afinal, apenas E + ‘por X tempo’ necessita de um reinterpretação contextual para resolver uma “situação conflituosa”. Essa diferença de tempo de processamento seria a contraparte empírica da idéia de coerção e cumpriria a EEM. A seção abaixo é dedicada a essa questão.

2. EXPERIMENTOS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

2.1. EXPERIMENTO 1: ACEITABILIDADE DAS SENTENÇAS-TESTE

O primeiro experimento que fizemos tinha por intuito verificar se sentenças télicas perfectivas seguidas de adjuntos do tipo ‘por X tempo’ são ou não aceitáveis. Para tanto, construímos 72 sentenças, das quais 24 são experimentais e 48 são distratoras. As sentenças distratoras estão divididas em 8 tipos de estruturas diferentes, cada estrutura com 6 sentenças; para as sentenças distratoras, não há controle de número de sílabas nem de número de palavras. As 24 sentenças experimentais estão divididas em 4 estruturas, cada qual com 6 sentenças; as estruturas são:

1. télico + perfectivo + ‘por X tempo’;
2. télico + perfectivo + ‘em X tempo’;
3. atélico + perfectivo + ‘por X tempo’;
4. atélico + perfectivo + ‘em X tempo’.

As duas primeiras estruturas correspondem, respectivamente, a um caso de detelicização (para o qual deveria haver a alegada coerção e também um provável grau de agramaticalidade) e ao seu correspondente com ‘em X tempo’. As estruturas 3 e 4 são um controle imposto à possibilidade de combinação entre atélico + perfectivo e ‘em X tempo’, que a literatura também prevê como ruim.

As 72 sentenças foram então separadas em 4 listas de 18 sentenças, garantindo que pelo menos uma sentença de cada tipo (tanto das experimentais, quanto das distratoras) estivesse em cada listas. A seguir, na frente de cada sentença dispusemos uma linha de 10 cm de comprimento iniciada por uma figura de um rosto sorridente e terminada por um rosto triste. Conforme o esquema abaixo:

- 1 - João estava limpando a casa sozinho 1. 😊 _____ 😞
- 2 - Maria digitou o texto por duas horas 2. 😊 _____ 😞
- 3 - Tiago correu em 10 minutos 3. 😊 _____ 😞

Pedia-se então aos sujeitos que marcassem nessa linha seu julgamento de aceitabilidade. Se o sujeito decidir que uma dada sentença é plenamente gramatical, pode então riscar (marcar) o rosto sorridente, se for plenamente agramatical, pode então riscar (marcar) o rosto triste. Se o sujeito não tiver certeza, pode marcar na linha próximo ao rosto sorridente (sentença mais gramatical), ou próximo ao rosto triste (sentença mais agramatical).

As listas foram distribuídas para pessoas na faixa etária de 18 a 30 anos, nas cidades de Campinas, São Paulo e Florianópolis, todas universitárias, cursando diversas faculdades diferentes. O número de leituras, no entanto, não foi o mesmo para cada sentença, variando entre 28 e 33, devido à distribuição diferenciada das sentenças pelas 4 listas.

2.1.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos na tabela abaixo o resultado da análise do teste de aceitabilidade (TP está por tónico + perfectivo + 'por X tempo' e TE, por tónico + perfectivo + 'em X tempo'):

tipo de sentença	leituras (em média)	média de aceitabilidade
AP	31	95,47709235
AE	31	68,68686869
TP	32	69,94949495
TE	29	93,24494949

Com relação aos quatro tipos de sentença que nos interessam, poucos sujeitos (8) optaram por uma opção mais ou menos central na linha de 10 cm. Para esses casos, aplicamos um critério discreto: se a marcação estiver antes de 5 cm a partir do rosto

sorridente a resposta é considerada como de sentença aceitável, e para além de 5 cm, como sentença inaceitável.

A diferença entre as proporções de aceitabilidade de TP *versus* TE é de $p=0,026$; há portanto significatividade, ou seja, a diferença de aceitabilidade entre essas sentenças não deve ser atribuída ao acaso, mas sim a fatores das próprias sentenças. O mesmo se dá em relação a AE *versus* AP. Para esse caso, a significatividade é ainda maior $p=0,0081$.

Podemos considerar, contudo, que a estrutura de detelicização é aceitável, dado que 69,94% não a reconhecem como mal-formada⁸.

2.2. EXPERIMENTO 2: TEMPO DE LEITURA

Este experimento tem como objetivo específico verificar se os sujeitos levam mais tempo para ler uma sentença com um evento télico perfectivo seguido de um adjunto ‘por X tempo’, se comparado com o tempo que levariam para ler uma sentença com um mesmo evento seguido de um adjunto ‘em X tempo’.

Para a realização do experimento de tempo de leitura, utilizamos o software DMDX, e escrevemos 20 *scripts*⁹, contendo cada um algumas das sentenças que nos interessavam e que foram utilizadas no teste anterior e o aplicamos a 20 sujeitos (obviamente, nenhum dos sujeitos que participaram do experimento 1 participaram do experimento 2).

As sentenças-teste foram acrescentadas de um começo e de um fim, para que esse fator (ser o começo ou o fim de uma sentença) não tivesse influência nas medidas. As sentenças foram separadas em dois conjuntos, chamados de TP (télico com a preposição ‘por’) e TE (télico com a preposição ‘em’), como o esquema abaixo:

→ Conjunto TP:

10 - Ricardo disse que | Pedro escreveu o livro por um ano | na sua casa.

11 - Amanda ouviu dizer que | José desenhou o quadro por dois dias | e Pedro também.

12 - Maria soube que | João construiu a casa por três anos | na antiga avenida.

⁸ Em Basso (2007), cap. 4, há uma discussão sobre a razão dessa diferença de aceitabilidade. Contudo, não nos deteremos nesse problema, porque nosso interesse maior é no experimento a seguir.

⁹ Instruções para que o programa DMDX proceda como o desejado para efetuar o experimento que nos interessa.

- 13 - Rogério viu que | Márcia arrumou o quarto por uma hora | e foi embora.
 14 - André disse que | Carmem preparou a aula por três horas | e Lígia também.
 15 - Cecília soube que | Maria digitou o texto por duas horas | no seu escritório.

→ Conjunto TE:

- 20 - Ricardo disse que | Pedro escreveu o livro em um ano | na sua casa.
 21 - Amanda ouviu dizer que | José desenhou o quadro em dois dias | e Pedro também.
 22 - Maria soube que | João construiu a casa em três anos | na antiga avenida.
 23 - Rogério viu que | Márcia arrumou o quarto em uma hora | e foi embora.
 24 - André disse que | Carmem preparou a aula em três horas | e Lígia também.
 25 - Cecília soube que | Maria digitou o texto em duas horas | no seu escritório.

O trecho que nos interessa é aquele que está entre as barras; os códigos 10-15 e 20-25 representam o tipo de sentença (respectivamente, TP e TE) e o seu número, dado que a análise a ser feita é uma comparação entre as versões TP e TE, ou seja, olharemos para o contraste 10/20, 11/21, e assim por diante. Todos esses trechos são compostos por palavras de frequência alta e têm o mesmo número de palavras (7) e sílabas (11).

O próximo passo foi então montar grupos de sentenças e combiná-los, para evitar que a seqüência na qual os diferentes sujeitos vissem as sentenças pudesse ser um fator a ser considerado. Geramos assim 6 grupos e 4 combinações entre eles, para que o ‘efeito de grupo’ (a seqüência como um fator relevante) fosse evitado e para que tivéssemos a garantia de que cada sentença seria vista por 10 sujeitos diferentes. Os grupos e os resultados de suas combinações são apresentados abaixo:

Grupo A → 10 11	Combinação 1 → 10 11 23 24 12 15 (grupos A F B) Combinação 2 → 13 14 10 11 22 25 (grupos C A E) Combinação 3 → 20 21 12 15 24 23 (grupos D B F) Combinação 4 → 20 21 13 14 22 25 (grupos D C E)
Grupo B → 12 15	
Grupo C → 13 14	
Grupo D → 20 21	
Grupo E → 22 25	
Grupo F → 23 24	

Feito isso, cada combinação foi acrescida de 14 sentenças distratoras, e todas foram numeradas de 1 a 20, sendo as duas primeiras posições (1 e 2) reservadas para sentenças distratoras, as seis posições seguintes (3 a 8) reservadas para as sentenças-teste, e o restante para as outras sentenças distratoras. Assim, excluindo as duas primeiras

posições reservadas para as sentenças distratoras, para evitar que algum possível erro induzido pela adaptação do sujeito ao experimento comprometesse os dados, as posições de 3 a 20 foram aleatorizadas através do software Excel cinco vezes diferentes, resultando num total de 20 *scripts*, cinco para cada uma das 4 combinações. Assim, além de evitar qualquer efeito de grupo, apresentamos as nossas sentenças-teste aleatorizadamente entre os sujeitos: a cada sujeito foi aplicado um *script* diferente. Ou seja, os cinco primeiros sujeitos leram, cada um, um *script* que apresentava a combinação 1, porém cada um o leu numa ordem de apresentação diferente, e assim por diante para as outras combinações.

Após cada uma das sentenças, tanto das sentenças-teste quando das distratoras, os sujeitos viam uma pergunta, à qual deveriam responder ‘sim’ ou ‘não’ mediante o apertado de um dado botão, fazendo isso o mais rápido que pudessem. Para as sentenças-teste, as perguntas eram:

10 / 20 → Pedro escreveu o livro inteiro?

11 / 11 → José terminou de desenhar o quadro?

12 / 22 → João acabou de construir a casa?

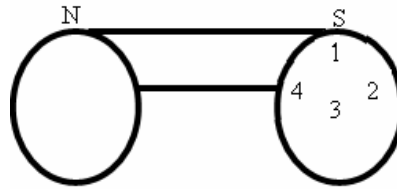
13 / 23 → Márcia arrumou o quarto todo?

14 / 24 → Carmem acabou de preparar a aula?

15 / 25 → Maria digitou o texto inteiro?

A expectativa era de respostas ‘sim’ para as sentenças TE (20 a 25), e de respostas ‘não’, ou uma maior oscilação em relação às sentenças TE, para as sentenças TP (10 a 15).

Depois de preparados os *scripts*, o próximo passo foi justamente apresentá-los aos sujeitos. Para tanto, pedimos aos sujeitos que se sentassem diante da tela de um computador, com um *joystick* (da marca *Twin Shock*) na mão, de um formato (aproximadamente) como o desenhado abaixo:



Os botões usados foram aqueles indicados pelos números 3 e 2; pela letra S indicamos dois botões situados na parte superior do *joystick*, cujo pressionamento, de um ou outro, indica resposta positiva; o mesmo vale, *mutatis mutandis*, para N. O sujeito via, então, na tela do computador, as seguintes instruções (a tela do computador tem um fundo preto):

Instruções:

Você verá uma série de ----- representando uma oração.

Cada seqüência ininterrupta de ----- corresponde a uma palavra.

Pressione Botão 3 para continuar (o sujeito deve então pressionar o botão 3)

Para ler cada palavra, você deve pressionar o Botão 2, o mais rápido que puder,

Pressione Botão 3 para continuar (o sujeito deve então pressionar o botão 3)

Vamos a um exemplo:

Pressione Botão 3 para continuar (o sujeito deve então pressionar o botão 3)

----- (o sujeito aperta o botão 2, para passar à tela abaixo, e assim sucessivamente)

Esta -----.

---- oração - -----.

----- é -----.

----- - um -----.

---- ----- --- exemplo.

O software DMDX grava então o tempo que cada sujeito leva para apertar ou o botão 2, o que indica o tempo que ele demorou para ler cada palavra (um aperto, uma palavra lida), ou os botões relacionados a S ou N, para marcar quanto tempo o sujeito levou para responder a cada pergunta (feitas depois de lidas cada sentença) – se a resposta é afirmativa, o tempo que o sujeito levou não vem marcado com nada de excepcional; se a resposta é negativa, o tempo que o sujeito de resposta é precedido de “-”.

Os vinte sujeitos eram homens ou mulheres, procedentes de diversas partes do Brasil (São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Paraná, etc.), cuja faixa etária variou entre 18 e 33 anos, todos universitários.

2.2.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os tempos de leitura foram coletados pelo software DMDX e depois exportados para o software Excel, através do qual foram realizadas as primeiras análises. Inicialmente, foram apagadas todas as informações sobre as sentenças distratoras, assim como as informações sobre as palavras que iniciam e encerram o trecho que nos interessava, sobrando assim apenas as informações sobre as sentenças-teste. Procuramos então investigar se havia algum sujeito cujo tempo de leitura das palavras das sentenças-teste estivesse fora da margem dada pelas seguintes equações (as medidas que estão fora dessas margens são conhecidas como *outlayers*):

Margem inferior = média do tempo de leitura de uma sentença (M) menos duas vezes o desvio padrão¹⁰ (DP) da leitura dessa mesma sentença para cada sujeito. $\Rightarrow M - 2 \times DP$.

Margem superior = média do tempo de leitura de uma sentença (M) mais duas vezes o desvio padrão (DP) da leitura dessa mesma sentença para cada sujeito. $\Rightarrow M + 2 \times DP$.

Ao todo, encontramos apenas 16 *outlayers*, num total de 840 leituras de palavras (20 sujeitos X 6 sentenças X 7 palavras por sentença), um número que muito dificilmente

¹⁰ O desvio padrão indica o grau de dispersão dos valores em relação à sua média.

poderia enviesar os dados. De uma forma ou de outra, substituímos os *outlayers* numa primeira análise pelo valor nulo, e numa segunda análise pela média de cada sujeito para a sentença em que aparecia o *outlayer* – isso nos garante que tempos de leitura particulares não influenciam no quadro geral. Como o resultado das análises para ambas as situações foram os mesmos, pudemos ignorar os *outlayers* como um fator relevante.

O próximo passo foi migrar os dados manipulados via Excel para o software Statística 7. Os dados foram organizados conforme as etiquetas abaixo:

tempo	sujeito	posição	sentença	tipo	sentença tipo
-------	---------	---------	----------	------	---------------

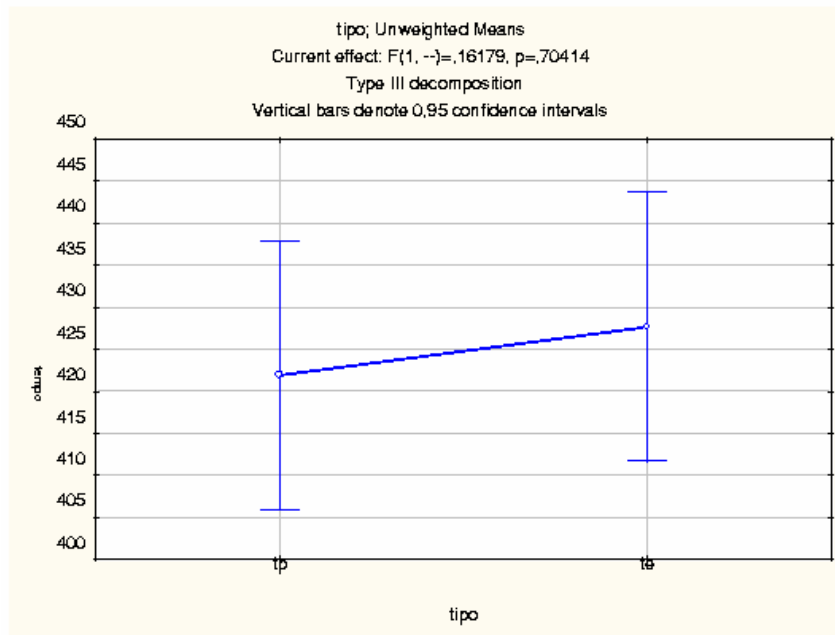
Na primeira coluna estão representados os tempo de leitura para cada um dos 840 “cliques” do botão 2. Na segunda coluna está indicado de que sujeito se trata; na terceira coluna indica-se para qual das 7 palavras (ou posição na sentença) se está olhando; na quarta coluna, de qual sentença se trata (10-15 ou 20-25); na quinta coluna, se se trata de uma sentença TP ou TE; e, finalmente, na sexta coluna, qual sentença é, independentemente de ela ser TP ou TE (indicamos as sentenças com números de 1 a 6).

Com os dados assim dispostos, podemos mais facilmente formular a pergunta que nos motivou e encontrar uma resposta para ela: os sujeitos levam em média mais tempo para ler TP do que levam para ler TE (lembramos que TP é tético + ‘por X tempo’ e TE, tético + ‘em X tempo’)?

Procedendo a uma análise ANOVA fatorial no software Statística, tomando como variável dependente “tempo”, como independentes “posição”, “tipo” e “sentença tipo”, e como fator aleatório “sentença tipo”, o valor informacional de “tipo” é 0,704135, ou seja, as diferenças de tempo de leitura entre TE e TP têm 70% de chance de serem determinadas pelo acaso – lembramos que, para ser considerado relevante, o valor informacional deve ser inferior a 0,005, ou seja, o acaso deve ter menos de 0,5% de chance de determinar o fenômeno em questão. Com tal resultado, o presente experimento conclui que não há qualquer influência nos tempos de leitura das sentenças em questão derivados do fato de elas serem ou não TP ou TE (visto que a preposição ‘em’ e ‘por’ é a única diferença superficial que eles exibem). Vejamos abaixo a tabela gerada pelo software Statística com os valores informacionais:

Univariate Tests of Significance for tempo (dados_statistica.sta)								
Over-parameterized model								
Type III decomposition								
Effect	Effect (F/R)	SS	Degr. of Freedom	MS	Den.Syn. Error df	Den.Syn. Error MS	F	p
Intercept	Fixed	151579494	1	151579494	5,0000	89829,26	1687,418	0,000000
posição	Fixed	531554	6	88592	30,0000	12997,66	6,816	0,000124
tipo	Fixed	6985	1	6985	5,0000	43173,37	0,162	0,704135
stipo	Random	449146	5	89829	5,8458	47200,04	1,903	0,230771
posição*tipo	Fixed	1219	6	203	30,0000	8970,98	0,023	0,999941
posição*stipo	Random	389930	30	12998	30,0000	8970,98	1,449	0,157655
tipo*stipo	Random	215867	5	43173	30,0000	8970,98	4,813	0,002389
posição*tipo*stipo	Random	269130	30	8971	756,0000	27818,40	0,322	0,999819
Error		21030711	756	27818				

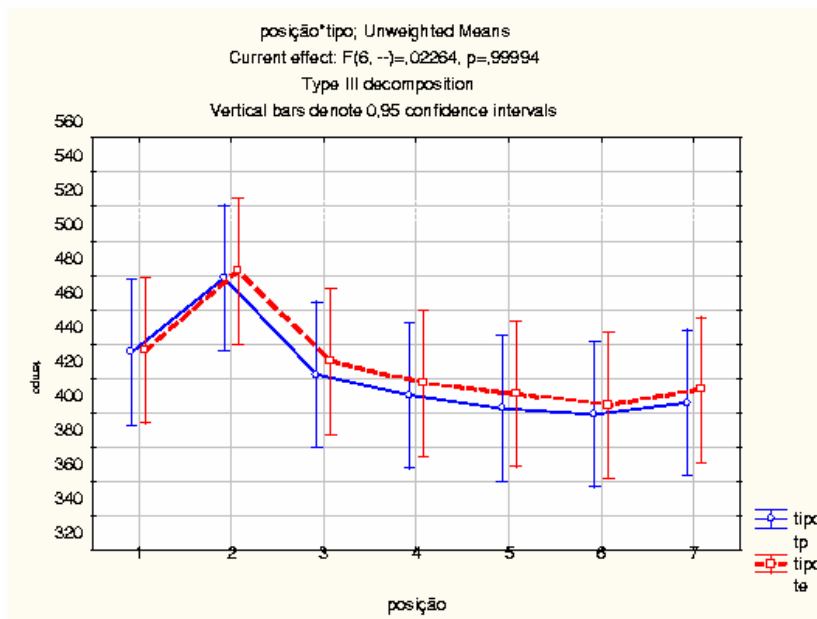
O gráfico abaixo, também gerado com o software Statistica, traz mais claramente esse resultado:



Como diz a informação do gráfico, as barras verticais denotam um intervalo de confiança de 0,95, ou seja, há 95% de chance da média da população normal estar nesse intervalo.

É possível ainda argumentar que a pergunta que motivou esse experimento está mal colocada, pois pode ser que na média geral da leitura das 7 palavras (ou posições) das sentenças que nos interessam um fato passe despercebido: apesar das médias de todas as palavras não revelarem nada, olhando para cada uma das posições podemos

ainda encontrar um maior tempo de leitura para a preposição ‘por’, quando comparada à preposição ‘em’. O raciocínio é perfeitamente válido, porém, novamente, os dados não o comprovam. Vejamos o gráfico abaixo:



Os quadrados representam a média de leitura de todas as palavras das sentenças TE por todos os sujeitos que as leram; os círculos representam a média de leitura de todas as palavras das sentenças TP por todos os sujeitos que as leram. No gráfico acima, a posição 5 indica a preposição, ‘em’ ou ‘por’; como podemos ver pelo gráfico, não há diferença significativa entre elas com relação ao seu tempo de leitura. Mais do que isso, a preposição ‘por’ leva menos tempo para ser lida do que ‘em’, mas esse resultado é marginal e não pode ser considerado.

Por fim, analisando as respostas às perguntas feitas depois de cada sentença teste, obtivemos o seguinte resultado, lembrando que consideramos “SIM” como esperado para o caso TE, e “NÃO” como correto para o caso TP:

	erro	acerto	total	% de erro
TP	42	18	60	70
TE	11	49	60	18,33333

Podemos também ler de outra forma os dados, nos perguntando quantas vezes os sujeitos, independentemente do que nós consideramos como correto, responderam “SIM” para TP e para TE: teríamos 42 vezes para TP e 49 vezes para TE. Resta então

saber se, numa amostra de 60 casos, a diferença entre 42 e 49 é relevante. Ao proceder a análise, o resultado que obtemos foi $p=0,7216$, ou seja, não significativo, em outras palavras, não há diferença na resposta “SIM” que seja fruto das sentenças ser TP ou TE.

Uma análise, mais interessante, mas que infelizmente não realizamos, seria averiguar se os sujeitos demoram mais para responder a TP ou a TE – nossa previsão é de que a resposta para TP será mais lenta.

Em suma, os resultados do experimento do tempo de leitura apontam conclusivamente para a **não existência** de nenhuma diferença significativa em termos de tempo de leitura para sentenças télicas perfectivas cujo predicado verbal seja seguido de ‘por X tempo’ ou ‘em X tempo’, ou seja, se uma outra das sentenças do *corpus* utilizado foi lida mais ou menos rapidamente, isso não se deveu a configuração télico+‘por x tempo’. Assim sendo, a EEM não foi satisfeita.

3. UMA PROPOSTA SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA PARA A DETELICIZAÇÃO

Conforme dissemos na Introdução, o acionalista entende que um evento télico é simplesmente um evento com um ponto final, um *telos*. Mais do que isso, para o acionalista – e essa é uma assunção polêmica – um evento télico perfectivo não acarreta o alcance do *telos*. Ou seja, a sentença ‘João leu o livro’ não acarreta – como é o caso para o aspectualista – que João tenha lido o livro até o fim. Supondo que o aspectualista esteja correto, então ele deve dar as razões de as sentenças abaixo não serem contradições ou redundâncias:

- (11) João leu o livro hoje, mas só vai terminar amanhã.
- (12) João pintou o quadro a manhã inteira, mas ainda falta um pedaço.
- (13) João construiu a casa até acabar o dinheiro da poupança.
- (14) João leu o livro todo.
- (15) João pintou o quadro de cabo a rabo.
- (16) João construiu a casa inteira.

Em (11)-(13) o evento, que é télico e perfectivo, não pode ter o seu *telos* alcançado, dado que essas sentenças não são contradições¹¹; são, na verdade, outros exemplos de detelicização sem o uso do adjunto ‘por X tempo’. As sentenças (14)-(16) deveriam ser todas redundantes, pois, se o *telos* já tivesse sido alcançado, os elementos ‘todo’, ‘de cabo a rabo’ e ‘inteiro’ apenas repetiram uma informação já contida no predicado verbal; de fato, esse não parece ser o caso.

A saída que propomos aqui, que também dá conta da forte intuição de que uma sentença como ‘João leu o livro’, fora de contextos particulares, veicula que ele leu o livro até o fim é através de implicaturas conversacionais generalizadas.

Para dar a interpretação de alcance de *telos*, que chamados de interpretação *terminada*, lançamos mão de um raciocínio pragmático que mobiliza a segunda máxima de quantidade de Grice, “do not make your contribution more informative than is required”, revisado por Levinson (2000) como “what is expressed simply is stereotypically exemplified” ou “minimal specifications get maximally informative or stereotypical interpretations” (p. 37); Levinson chama tal reformulação de princípio-I.

Assim, através desse princípio-I, o raciocínio pragmático procede da seguinte maneira: apresento ao ouvinte uma sentença que traz um evento télico perfectivo (i.e., que não é mais o caso, que não continua mais); se sou cooperativo e forneço o máximo de informação com o mínimo de “material lingüístico”, o ouvinte pode então inferir a interpretação prototípica (curso normal dos fatos), qual seja: um evento télico (que tem um ponto final) apresentado como não mais sendo o caso, atingiu seu ponto final; daí a interpretação de evento terminado. Uma das principais características das implicaturas é sua possibilidade de cancelamento. Ora, sentenças como (1) ou (11) são justamente casos em que ocorre o cancelamento da implicatura que temos para a leitura terminada de ‘João leu o livro’.

A saída por implicatura explica então a ausência de contradição nas sentenças (11)-(13) – elas seriam apenas casos de cancelamento de implicatura –, e de redundâncias – nas sentenças (14)-(16), os itens ‘todo’, ‘de cabo a rabo’ e ‘inteira’, veiculam aquilo a que o falante chegaria por meio da implicatura descrita acima.

Para chegarmos à interpretação de detelicização, devemos investigar ‘por X tempo’. Ora, muito sucintamente, detelicizar é falar de um evento, que ele acabou, mas

¹¹ Se (11) dissesse que João leu o livro até o fim, como prevê o aspectualista, o trecho ‘mas só vai terminar amanhã’ deveria gerar uma contradição – o que não é o caso. A saída do aspectualista, como vimos, é apelar para a coerção. E assim deve contornar a falta da evidência empírica relatada nas seção 2.

considerar que seu fim ou meta (*telos*) não foi alcançado (ou seja, o evento foi interrompido), e ‘por X tempo’ combinado com eventos télicos perfectivos parece justamente induzir a tal interpretação. Qual semântica devemos atribuir a ‘por X tempo’ para tanto?

Em primeiro lugar, esse adjunto combina-se tanto com eventos télicos quanto atélicos:

(17) João correu por 10 minutos (e parou para descansar).

(18) João pintou o quadro por 2 horas (e parou para descansar).

Em ambos os casos, a contribuição de ‘por X tempo’ parecer ser um ponto no tempo, em relação ao qual acrescentamos algo ao evento, ou ao desenrolar de uma série de eventos. Se tomarmos (17) e continuarmos com ‘e parou para descansar’, o evento de descansar terá lugar *depois* de João correr por 10 minutos.

Combinar adjuntos ‘por X tempo’, que acrescentam um ponto espacialmente à direita do desenrolar de um evento¹², a um evento télico já tem um ponto final, que é justamente o *telos*, resulta então numa redundância: temos o *telos* e o ponto acrescentado por ‘por X tempo’. Qual deles considerar?

Mobilizando a segunda máxima da quantidade de Grice ou o princípio-I de Levison, e através de um raciocínio de implicaturas conversacionais, podemos chegar às razões de nossa interpretação preferencial para (1) ser a de detelicização.

Se em (1) tenho dois pontos finais, devo ficar apenas com um, pois não é possível interpretar um evento como tendo dois pontos finais, a não ser que sejam coincidentes: essa seria a interpretação télica ou terminada, a de alcance do *telos*. Se esse não for o caso, isso significa que, pragmaticamente, não estou interessado no *telos*, restando então o ponto introduzido por ‘por X tempo’. Em outros termos, (1) oferece informação demais: se eu estivesse interessado em veicular que o *telos* foi atingido, me limitaria simplesmente em dizer ‘João leu o livro’, a interpretação de evento terminado seria atingida através da mobilização do princípio-I, como vimos acima; se acrescento um outro ponto, através de ‘por X tempo’, é porque não estou interessado no *telos*, e

¹² As metáforas especiais ajudam sobre maneira a entender como se dá o desenrolar de eventos e sua sucessão. A idéia básica é que o ponto inicial de um evento está à sua esquerda e o seu *telos* à sua direita; o ponto acrescentado por ‘por X tempo’ também se situa à direita, pois é sempre inserido depois do início do evento.

sim nesse outro ponto final introduzido pelo adjunto; daí a interpretação de detelicização: se tomarmos ‘João leu o livro por uma semana’, a interpretação de detelicização é que aquela em que o ponto final é uma semana depois do início da leitura, e não o *telos*, que indicaria a interpretação terminada, na qual João leu o livro todo.

Em outras palavras, pelo princípio-I, se eu estivesse interessado no *telos*, não forneceria o ponto final de ‘por X tempo’, se assim faço, é porque o que interessa é o ponto do adjunto, desprezando assim o *telos* e chegando à interpretação de detelicização¹³. Esse é exatamente o caso para uma sentença como (19); o trecho depois da vírgula só reforça que o ponto final a ser considerado não é o *telos*, mas sim aquele introduzido pelo adjunto.

(19) João leu o livro por uma semana, mas não conseguiu terminar.

Por sua vez, uma sentença como (20) indica que a implicatura que descarta o *telos* não se aplica e que tanto o *telos* quanto o ponto introduzido por ‘por X tempo’ são coincidentes – o que equivale ao cancelamento da implicatura-I disparada pela combinação de ‘por X tempo’ com eventos télicos perfectivos:

(20) João leu o livro por uma semana, mas conseguiu terminar.

O que está em jogo aqui são duas implicaturas-I e a interação entre elas. Uma sentença como ‘João leu o livro’ pode ser enriquecida com a primeira implicatura-I vista aqui; para a interpretação de detelicização, o que temos é o cancelamento da primeira implicatura-I e o enriquecimento com a segunda implicatura-I, e tanto o cancelamento quanto a segunda implicatura são disparados pelo adjunto ‘por X tempo’. Ao cancelarmos a segunda implicatura-I, disparada pelo adjunto, o que temos é uma interpretação de coincidência entre o *telos* e o ponto acrescido por ‘por X tempo’.

Ao leitor interessado há muito mais a ser visto sobre essas implicaturas e sobre os adjuntos ‘por’ e ‘em X tempo’ (cf. Basso, 2007, cap. 3; Basso e Pires de Oliveira, inédito; Pires de Oliveira e Basso, inédito) e outros adjuntos que podem ser entendidos

¹³ Para um maior detalhamento dos passos do raciocínio pragmático e uma maior explicitação dos componentes semânticos e pragmáticos dessa análise, remetemos ao capítulo 3 de Basso, 2007 e a Pires de Oliveira e Basso, inédito.

nos mesmos termos, como ‘durante X tempo’, ‘de X tempo a Y tempo’, ‘até X tempo’, etc. Aqui nos interessa explorar os seguintes pontos: a saída por implicatura não esbarra em várias dificuldades que a teoria de de Swart apresenta, como a ausência de certas contradições e redundâncias (ver sentenças (11)-(16)); explica sem nenhum apelo à coerção e sem nenhuma manobra *ad hoc* a interpretação de detelicização e outras; e pode ser uma alternativa à semântica oferecida por de Swart à telicidade, à perfectividade e ao adjunto ‘por X tempo’. Assim sendo, a primeira exigência feita ao modelo de de Swart, a EEP, também não é satisfeita.

Vejamos um balanço das idéias aqui trabalhadas na seção seguinte.

4. CONCLUSÃO

A evidência empírica a favor da coerção, i.e. maior tempo de processamento de certas sentenças em relação a outras, embora não seja um critério suficiente para sua postulação – sempre podemos encontrar outro fator, ainda não considerado, que responda pelas diferenças de tempo –, é um critério necessário, e erigir uma teoria que lança mão da coerção sem essa evidência empírica se constitui em uma manobra *ad hoc*. Esse é todo o sentido dos experimentos descritos na seção 2: detectar tais evidências empíricas.

Como mostramos, não encontramos tais evidências; assim, um critério necessário para postulação da coerção (nossa segunda exigência da Introdução) não é satisfeito.

Além das considerações epistemológicas (ser potencialmente uma manobra *ad hoc*) e da falta de evidências empíricas, um último argumento contra a coerção é justamente podermos explicar os fenômenos que seriam abordados por uma teoria que a mobilize com uma teoria que não utiliza tal expediente; um exemplo de teoria como essa é aquela que esboçamos na seção 3. Isso equivale a dizer que a primeira exigência da Introdução também não é satisfeita.

Essas considerações nos fornecem uma refutação não apenas da teoria de de Swart, mas da mobilização da coerção para explicar, pelo menos, a detelicização. Afinal, se não há evidência empírica para tanto e se podemos explicar os mesmos

fenômenos sem a coerção, qual é a sua necessidade? Qual é o seu papel heurístico? Nesse caso, a nosso ver, é nenhum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BASSO, Renato Miguel. *Telicidade e Detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual*. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2007.
2. BASSO, Renato Miguel; ILARI, Rodolfo. Estativos e suas Características. *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, n. 4: 15–26, 2004.
3. BASSO, Renato Miguel; PIRES DE OLIVEIRA, R. As interpretações dos adjuntos ‘em X tempo’ e ‘por X tempo’. Texto apresentado no encontro “Nos Domínios do Verbo”, UFPR, 2007, inédito.
4. BERTINETTO, P. M. *Tempo, Aspetto e Azione nel verbo italiano*. Il sistema dell’indicativo. Florença: Accademia della Crusca, 1986.
5. BERTINETTO, P. M. Statives, progressives, and habituals: analogies and differences. *Linguistics*, n. 32: 391–423, 1994.
6. BERTINETTO, P. M. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the perfective-telic confusion. In: CECCHETTO, Carlo; CHIERCHIA, Gennaro; GUASTI, Maria Teresa. *Semantics Interfaces: Reference, Anaphora, Aspect*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2001.
7. GRICE, H. P. Lógica e Conversação. In: DASCAL, M. *Fundamentos metodológicos da Lingüística, vol. VI, Pragmática*. Campinas: Edição do Autor, 1981[1975].
8. KRIFKA, Manfred. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, Susan. 1998. *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1998, pp. 197–235.
9. LEVINSON, Stephen. *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicatures*. Cambridge: MIT Press, 2000.
10. PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. O Paradoxo do Perfectivo: uma proposta semântico/pragmática. Texto apresentado no encontro “Nos Domínios do Verbo”, UFPR, 2007, inédito.
11. ROTHSTEIN, S. *Structuring Events: A Study in the Semantics of Lexical Aspect*. Malden: Blackwell Publishing, Ltd., 2004.

12. de SWART, Henriette. Aspect Shift and Coercion. *Natural Language and Linguistic Theory*, n.16: 347–385, 1998.
13. de SWART, Henriette. Tense, aspect, and coercion in a cross-linguistic perspective. *Proceedings of the Berkeley Formal Grammar Conference*, 2000.
14. VERKUYL, Henk. *A theory of aspectuality. The interaction between temporal and atemporal structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RESUMO: O presente texto apresenta um teste de aceitabilidade e um teste de tempo de leitura para sentenças como (1) ‘João leu o livro por uma semana’, tomadas com a seguinte interpretação: João não está mais lendo o livro e não leu o livro até o fim; essa é a interpretação de detelicização. Segundo de Swart (1998, 2000) e outros, sentenças como essas deveriam ser mal-formadas e interpretadas apenas mediante coerção, entendida como reinterpretação contextual para resolver conflitos entre argumentos e funções semânticas. No presente caso, adjunto do tipo ‘por X tempo’ apenas se combinariam com eventos atélicos, i.e., que não têm ponto final. Ao se combinaram com evento télicos, que têm ponto final, geram um conflito de tipos que deve ser resolvido mediante a alegada coerção. Nossos experimentos, no entanto, não detectam nenhuma contraparte empírica dessa coerção, como maior tempo de processamento de (1) frente a ‘João leu o livro em uma semana’, em que apenas se muda a preposição e que combina-se normalmente com evento télicos. Além da falta de evidência empírica, contra teorias como a de de Swart, apresentamos também uma alternativa semântico/pragmática para sentenças como (1) que não lança mão de coerção e que não esbarra em outras dificuldades que as teorias que precisam de coerção esbarram.

PALAVRAS-CHAVE: Detelicização; Coerção; Psicolinguística; Semântica Formal.

ABSTRACT: In this paper we show two psycholinguistic experiments aiming at verifying the existence of empirical grounds (i.e., reading time) sustaining coercion postulated as an account for sentences like (1) ‘João leu o livro por uma semana’ (João read the book for a week), interpreted as: João is no longer reading the book and he didn’t read the whole book; this interpretation is known as detelicization. According to de Swart (1998, 2000) and others, sentences like (1) should be ill-formed and only be interpreted through coercion, i.e. a contextual reinterpretation which solves conflicts between arguments and semantic functions. De Swart’s theory predicts that in (1), an adjunct like ‘por X tempo’ (for X time) can only combine with atelic events, i.e. events which don’t have an end point. Thus, when ‘por X tempo’ is combined with telic events, i.e. which have end points, the result is a type-mismatch to be solved by coercion. In our experiments, though, we found no significant difference in reading time between (1) and (2) ‘João leu o livro em uma semana’ (João read the book in a week). The only difference in the surface between (1) and (2) is the preposition ‘em’ (in), which is predicted to combine only with telic events. Against de Swart’s model, along with this lack of empirical evidence for coercion, we sketched a semantic/pragmatic account for detelicization and other phenomena which doesn’t mobilize coercion and also doesn’t show other difficulties, explored in the present paper, found in de Swart’s model.

KEYWORDS: Detelicization; Coercion; Psycholinguistics; Formal Semantics.

Recebido no dia 04 de junho de 2008.

Artigo aceito para publicação no dia 03 de julho de 2008.